

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Fazenda

Concurso Público para Fiscal de Rendas 2008

SEFAZ-RJ

11/10/2008

Prova objetiva de Língua Portuguesa, Matemática Financeira e Estatística, Economia e Finanças Públicas, Administração e Direitos Constitucional, Administrativo e Civil

Atenção!

Você está recebendo um caderno de questões na cor **AZUL**. Portanto, **verifique se sua folha de respostas é, também, de cor AZUL**. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações gerais

- ▶ Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova de cor **azul**;
 - b) este caderno de prova na cor **azul**, na mesma cor de sua folha de respostas (**azul**), com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
- ▶ Não será permitida a permanência de candidato em sala de prova portanto aparelhos eletrônicos como *pager*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular e/ou similares. **Tal infração pode acarretar em eliminação sumária do candidato** (itens 9.12 e 9.13 do edital do concurso).
- ▶ Verifique se o material está em ordem, se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas.
- ▶ Ao receber a folha de respostas, é **obrigação** do candidato:
 - a) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
- ▶ As questões da prova são identificadas pelo número que se situa ao lado do enunciado.
- ▶ O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.
- ▶ O preenchimento da folha de respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de cor preta ou azul.
- ▶ Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- ▶ O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas.
- ▶ O candidato somente poderá sair do local de prova 1 (uma) hora após o seu início.
- ▶ O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 30 (trinta) minutos de prova.

No amplo debate sobre as questões tributárias fala-se com frequência de ética ou moralidade tributária, ainda que não se tenha absoluta clareza quanto à real extensão desse conceito. Nada diferente do que ocorre em relação à acepção da ética em outros domínios da política e da economia. A propósito, Norberto Bobbio, em “Elogio da serenidade e outros escritos morais”, já observara que “nenhuma questão moral, proposta em qualquer campo, encontrou até hoje solução definitiva”.

A despeito de sua natureza relativamente controversa, a ética tributária, ao menos conforme admite o senso comum, vincula-se à concepção e à prática de regras justas e razoáveis em matéria tributária. Aponta para questões, não raro conflitantes, que envolvem as limitações do poder de tributar, os direitos dos contribuintes, o dever fundamental de pagar impostos, o equilíbrio concorrencial, a prevenção das guerras fiscais, etc. Encerra, portanto, questões concernentes às relações entre o fisco e o contribuinte, entre os contribuintes e entre os fiscos.

No Brasil, o debate sobre ética tributária só recentemente ganhou vulto em decorrência do aumento da carga tributária, da expansão da “indústria de liminares”, do visível aperfeiçoamento da administração fiscal, da estabilidade econômica e da crescente inserção do país na economia globalizada. Na maioria dos países desenvolvidos, com cultura tributária mais amadurecida, esse debate é mais limitado, porque praticamente restrito a discussões sobre a pressão fiscal e a competição fiscal nociva (*harmfull tax competition*).

Ainda não se enxerga horizonte visível para fixação de padrões éticos no campo tributário brasileiro, porque essa meta demanda uma ampla reestruturação de relacionamentos entre os fiscos e os contribuintes. O cidadão brasileiro, ao menos no plano cultural, não inclui o pagamento de impostos entre os deveres fundamentais. Não causa estranheza o empresário afirmar, sem nenhum sentimento de culpa, que deixou de pagar os impostos porque a “crise” o obrigou a optar entre o recolhimento de impostos e o pagamento aos fornecedores e empregados. Dito de outra forma, o pagamento de impostos ainda não é um valor definitivamente incorporado à vida nacional.

(...)

A evasão tributária é explicável por várias razões. A mais conhecida é o propósito ilícito de auferir vantagens em relação aos demais contribuintes.

Essa é a razão que socorre o *homo oeconomicus*, que pensa em sua conveniência econômica e não reconhece nenhum dever moral de conduta. No seu entender, é lícito tudo que o beneficia.

Entre outras razões explicativas da evasão, destacam-se: a ignorância frente à matéria tributária, muitas vezes reforçada por uma legislação complexa e ambígua; a impunidade que privilegia os que não pagam impostos; a falta de percepção quanto ao uso do dinheiro público ou sua malversação, em prejuízo do exercício pleno da cidadania fiscal; a utilização imprópria de recursos judiciais; a existência de uma relação desequilibrada nas relações entre o fisco e o contribuinte.

Estudos da Secretaria da Receita Federal, com base no recolhimento da CPMF, mostram que um terço dos pagamentos realizados por intermédio de instituições financeiras foi tributado apenas por aquela contribuição, o que significa dizer que foram objeto de evasão, elisão ou isenção fiscais. Trata-se de percentual elevado, porém bem inferior a uma muito propalada estimativa de sonegação no Brasil (“para cada real arrecadado corresponde um real sonegado”).

O combate à evasão fiscal é um dos pilares básicos sobre os quais se assenta a ética tributária. Nada produz mais distorções concorrenciais ou injustiça na arrecadação de impostos que a evasão fiscal, inclusive quando comparada com outras supostas “imperfeições” do sistema tributário, como a incidência em cascata. Ao fim e ao cabo, não é demais lembrar que inexistente igualdade na ilegalidade.

Ao contrário do que alguns propagam, evasão fiscal não é um problema adstrito à administração tributária, a ser debelado pela ação fiscalizadora. A própria concepção dos tributos já traz em si os riscos de sonegação. Tributos muito vulneráveis à evasão, especialmente em países sem forte tradição tributária, são altamente perniciosos, porque sendo a sonegação uma conduta oportunista ela inevitavelmente ocorrerá e, em consequência, acarretará toda sorte de desequilíbrios no mercado e deficiências no erário.

(...)

No âmbito da administração tributária, o enfrentamento da evasão fiscal exige um contínuo aperfeiçoamento, que passa, entre recursos, pela aplicação de procedimentos de inteligência fiscal e pelo uso intensivo das novas tecnologias de informação e comunicação. Tudo, entretanto, será inócuo se resultar em impunidade, o que requer celeridade nas execuções fiscais e nos julgamentos de recursos e impugnações administrativas,

parcimônia na concessão de anistias e remissões, e articulação entre órgãos de fiscalização.

Ninguém põe dúvida quanto à legalidade da elisão fiscal, entendida como um ato ou negócio jurídico destinado a reduzir ou eliminar o ônus tributário, mediante utilização de “brechas fiscais” (*fiscal loopholes*), sem ofensa à lei e anteriormente à ocorrência do fato gerador. Não há, portanto, como confundi-la com evasão fiscal, de natureza francamente ilegal. Tampouco pode alguém cogitar de restrições ao legítimo direito de auto-organização do contribuinte. A questão é de outra natureza. Deve a legislação brasileira, à semelhança do que ocorre em vários países desenvolvidos, estabelecer uma norma geral antielisão? A prática do planejamento fiscal não poderá, em certos casos, resultar em ofensa aos princípios constitucionais da igualdade, solidariedade e justiça, favorecendo os que dispõem de mais recursos e mais informações? A elisão fiscal não poderá assumir um caráter de segregação entre os que podem fazer uso dela e os que não podem e, por isso mesmo, acabam, obliquamente, sendo onerados por um inusitado “imposto sobre os tolos”?

As respostas a essas questões não são simples, ademais de controversas. A matéria não foi ainda suficientemente pacificada entre os tributaristas. Entretanto, por mais fortes que sejam os argumentos dos que se opõem a uma norma geral antielisão é inequívoco que a prática do planejamento fiscal fixa um divisor entre contribuintes de primeira e segunda classes, em detrimento de um desejado tratamento igualitário. (...)

As isenções complementam o quadro dos institutos que comprometem a igualdade tributária. Frequentemente, elas resultam de pressões exercidas por grupos de interesses, alimentadas por financiamentos de campanhas, e têm pouca ou nenhuma fundamentação econômica ou social. No Brasil, não se percebe claramente que a sociedade finda pagando mais impostos justamente para compensar os que não pagam em virtude da fruição de benefícios fiscais. Esses benefícios, todavia, assim como as despesas, não são órfãos. Removê-los implica uma verdadeira batalha política. É evidente que essa crítica não se aplica a incentivos transitórios e específicos para regiões ou pessoas pobres, nem ao ajustamento dos impostos à capacidade econômica dos contribuintes.

(...)

A ética tributária guarda relação, também, com a percepção externa das administrações tributárias. É importante que os contribuintes percebam que a política tributária é justa, a administração

fiscal é proba, sensível e confiável, e os recursos arrecadados são corretamente aplicados.

(...)

A confiança do contribuinte na administração fiscal presume, desde logo, a existência de servidores probos – não apenas honestos ou que pareçam honestos, mas sobretudo exemplares. A autoridade que se confere ao servidor fiscal impõe responsabilidade e exemplaridade. A instituição de corregedorias, com autonomia funcional e mandato, é peça indispensável para consecução de padrões de honestidade nas administrações tributárias.

(...)

A ética tributária, por último, reclama a observância de relações de cooperação entre as administrações tributárias, como a troca de informações e, no plano internacional, as convenções para prevenir a bitributação. Militam em direção oposta a esse entendimento a utilização de instrumentos de “guerra fiscal” e a constituição de paraísos fiscais. Inúmeros estudos mostram que a guerra fiscal, particularmente no caso brasileiro, em nada aproveitou ao desenvolvimento das regiões mais pobres. Quando muito, serviu para acumulação de riquezas de certas elites, não necessariamente residentes nessas regiões. Não nos esqueçamos de que as guerras fiscais são quase tão velhas quanto a pobreza dessas regiões.

(...)

Robert Wagner, quando prefeito de Nova York, cunhou uma frase que se tornou célebre na literatura tributária: “Os impostos são o preço da civilização; não existem impostos na selva.” No Brasil, a consolidação de uma ética tributária constitui requisito crítico para o desenvolvimento, para a segurança dos investimentos, para o equilíbrio concorrencial e para a justiça fiscal.

(Everardo Maciel. www.braudel.org.br)

1. Com base na frase “No seu entender, é lícito tudo que o beneficia” (L.54-55), analise os itens a seguir:

- I. O pronome “seu” tem valor anafórico.
- II. O sujeito do verbo “beneficia” é “tudo”.
- III. O sujeito do verbo “é” é oracional.

Analise:

- (A) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (B) se todos os itens estiverem corretos.
- (C) se somente o item I estiver correto.
- (D) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (E) se somente os itens I e III estiverem corretos.

2. A respeito do trecho “sem ofensa à lei e anteriormente à ocorrência do fato gerador” (L.112-103), analise os itens a seguir:

- I. Os termos “à lei” e “à ocorrência do fato gerador” desempenham funções sintáticas diferentes.
- II. As duas ocorrências da preposição *a*, que formam os dois casos de crase, subordinam os termos que introduzem ao mesmo elemento.
- III. Somente a segunda ocorrência de crase não é obrigatória.

Assinale:

- (A) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se todos os itens estiverem corretos.
- (C) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (E) se nenhum item estiver correto.

3. “No Brasil, o debate sobre ética tributária só recentemente ganhou vulto em decorrência do aumento da carga tributária, da expansão da ‘indústria de liminares’, do visível aperfeiçoamento da administração fiscal, da estabilidade econômica e da crescente inserção do país na economia globalizada.” (L.23-29)

No trecho grifado do excerto acima, em relação às ocorrências de complemento nominal, é correto afirmar que há:

- (A) cinco casos.
- (B) quatro casos.
- (C) oito casos.
- (D) seis casos.
- (E) dois casos.

4. “A confiança do contribuinte na administração fiscal presume, desde logo, a existência de servidores probos – não apenas honestos ou que pareçam honestos, mas sobretudo exemplares.” (L.163-166)

Em relação ao trecho após o travessão, é correto afirmar que:

- (A) constitui uma explicação do sentido do termo imediatamente anterior.
- (B) aponta uma alteração significativa do dito anteriormente.
- (C) explicita, em base metalingüística, o sentido do termo imediatamente anterior.
- (D) provoca complemento e ampliação de sentido do termo imediatamente anterior.
- (E) configura uma ressalva da idéia anteriormente exposta.

5. Considerando que a estrutura “pela aplicação de procedimentos de inteligência fiscal e pelo uso intensivo das novas tecnologias de informação e comunicação” (L.99-102) pode ser assim sistematizada:

$$[\rightarrow X \rightarrow X \rightarrow Xy] + [\rightarrow Xy \rightarrow yX \rightarrow (X + X)],$$

o trecho “celeridade nas execuções fiscais e nos julgamentos de recursos e impugnações administrativas, extrema parcimônia na concessão de anistias e remissões, e articulação entre órgãos de fiscalização” (L.104-107) seria corretamente representado por somente uma das estruturas a seguir. Assinale-a.

- (A) $\{X \rightarrow Xy + \rightarrow X \rightarrow (X + Xy)\} + \{yX \rightarrow X \rightarrow X + X\} + \{X \rightarrow X \rightarrow X\}$
- (B) $\{X [\rightarrow Xy] + \rightarrow X \rightarrow X + Xy\} + \{yX \rightarrow X \rightarrow (X + X)\} + \{X \rightarrow X + X\}$
- (C) $\{X [\rightarrow Xy + \rightarrow X \rightarrow (X + Xy)]\} + \{yX \rightarrow X \rightarrow (X + X)\} + \{X \rightarrow X \rightarrow X\}$
- (D) $\{X [\rightarrow Xy] + [\rightarrow X \rightarrow X + Xy]\} + \{yX \rightarrow (X \rightarrow X) + X\} + \{X \rightarrow X \rightarrow X\}$
- (E) $\{X [\rightarrow Xy + \rightarrow X \rightarrow (X + Xy)]\} + \{yX \rightarrow (X \rightarrow X) + X\} + \{X \rightarrow X + X\}$

6. “É importante que os contribuintes percebam que a política tributária é justa, a administração fiscal é proba, sensível e confiável, e os recursos arrecadados são corretamente aplicados.” (L.158-161)

A respeito da estrutura sintática do período acima, é correto afirmar que há:

- (A) quatro orações subordinadas e três coordenadas entre si.
- (B) cinco orações subordinadas e duas coordenadas entre si.
- (C) quatro orações subordinadas e duas coordenadas entre si.
- (D) cinco orações subordinadas e três coordenadas entre si.
- (E) três orações subordinadas e somente uma coordenada.

7. “Entre outras razões explicativas da evasão, destacam-se: a ignorância frente à matéria tributária, muitas vezes reforçada por uma legislação complexa e ambígua; a impunidade que privilegia os que não pagam impostos; a falta de percepção quanto ao uso do dinheiro público ou sua malversação, em prejuízo do exercício pleno da cidadania fiscal; a utilização imprópria de recursos judiciais; a existência de uma relação desequilibrada nas relações entre o fisco e o contribuinte.” (L.56-65)

Com base no trecho acima, analise os itens a seguir:

- I. Suprimindo-se os dois-pontos após “destacam-se”, gera-se erro de pontuação.
- II. Pode-se acrescentar a conjunção “e” após o último ponto-e-vírgula.
- III. Excluindo-se do trecho “muitas vezes reforçada por uma legislação complexa e ambígua” e “em prejuízo do exercício pleno da cidadania fiscal”, os casos de ponto-e-vírgula poderiam ser substituídos por vírgula, à exceção do último, que também poderia ser substituído pela conjunção “e”.

Analise:

- (A) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se nenhum item estiver correto.
- (C) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (D) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (E) se todos os itens estiverem corretos.

8. Assinale a alternativa em que **não** se encontre um sinônimo para *propalada* (L.73).

- | | |
|-----------------|---------------|
| (A) rebuçada | (B) divulgada |
| (C) espargida | (D) apregoada |
| (E) disseminada | |

9. Na linha 8, a forma verbal *observara* é equivalente de:

- | | |
|-------------------------|----------------------|
| (A) tivera observado. | (B) tinha observado. |
| (C) houvesse observado. | (D) tem observado. |
| (E) estava observando. | |

10. Assinale a alternativa em que a palavra indicada **não** seja formada pelo mesmo processo que *injustiça* (L.79).

- (A) internacional (L.176)
- (B) auto-organização (L.116-117)
- (C) antielisão (L.120)
- (D) ilícito (L.50)
- (E) tecnologias (L.101)

11. “...mostram que um terço dos pagamentos realizados por intermédio de instituições financeiras foi tributado apenas por aquela contribuição...” (L.67-70)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar o termo “um terço”, **não** se tenha mantido a concordância em conformidade com a norma culta. Desconsidere a possibilidade de concordância atrativa.

- (A) mostram que 0,27% dos pagamentos realizados por intermédio de instituições financeiras foi tributado apenas por aquela contribuição
- (B) mostram que menos de 2% dos pagamentos realizados por intermédio de instituições financeiras foram tributados apenas por aquela contribuição
- (C) mostram que 1,6 milhão dos pagamentos realizados por intermédio de instituições financeiras foi tributado apenas por aquela contribuição
- (D) mostram que três quartos dos pagamentos realizados por intermédio de instituições financeiras foram tributados apenas por aquela contribuição
- (E) mostram que grande parte dos pagamentos realizados por intermédio de instituições financeiras foi tributado apenas por aquela contribuição

12. “No Brasil, o debate sobre ética tributária só recentemente ganhou vulto em decorrência do aumento da carga tributária, da expansão da ‘indústria de liminares’, do visível aperfeiçoamento da administração fiscal, da estabilidade econômica e da crescente inserção do país na economia globalizada. Na maioria dos países desenvolvidos, com cultura tributária mais amadurecida, esse debate é mais limitado, porque praticamente restrito a discussões sobre a pressão fiscal e a competição fiscal nociva (*harmfull tax competition*).” (L.23-33)

Com base na análise do trecho acima, **não** é correto afirmar que:

- (A) fica subentendido que o debate sobre ética tributária no Brasil anteriormente era de pouca expressividade.
- (B) a noção de “países desenvolvidos” é um pressuposto para a leitura do texto.
- (C) se pode inferir que, nos países ainda não desenvolvidos, a cultura tributária ainda não amadureceu.
- (D) se pode inferir, também por paralelismo no parágrafo, que o Brasil não está entre os países desenvolvidos.
- (E) está implícito que o Brasil cada vez mais se insere na economia globalizada.

13. A respeito dos sentidos e da estrutura do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. Elisão fiscal e evasão fiscal, embora não confundíveis, são também nocivas à igualdade tributária.
- II. A noção de ética tributária no Brasil ainda não encontrou uma configuração definitiva.
- III. Após discutir a base semântica de “ética tributária”, o desenvolvimento do texto pode ser dividido em três partes, seguidas da conclusão.
- IV. Além da relação da ética tributária com a evasão, elisão e isenção, abordam-se a percepção externa das administrações tributárias e a cooperação entre estas.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

14. “A propósito, Norberto Bobbio, em ‘Elogio da serenidade e outros escritos morais’, já observara que ‘nenhuma questão moral, proposta em qualquer campo, encontrou até hoje solução definitiva.’” (L.7-10)

Assinale a alternativa em que houve correta transposição do discurso direto do trecho acima para o indireto.

- (A) ...já observara que nenhuma questão moral, proposta em qualquer campo, encontrou até hoje solução definitiva.
- (B) ...já observara que nenhuma questão moral, proposta em qualquer campo, havia encontrado até aquele dia solução definitiva.
- (C) ...já observara que nenhuma questão moral, proposta em qualquer campo, encontrara até hoje solução definitiva.
- (D) ...já observara que nenhuma questão moral, proposta em qualquer campo, tinha encontrado até hoje solução definitiva.
- (E) ...já observara que nenhuma questão moral, proposta em qualquer campo, encontrou até aquele dia solução definitiva.

15. “Ainda não se enxerga horizonte visível para fixação de padrões éticos no campo tributário brasileiro, porque essa meta demanda uma ampla reestruturação de relacionamentos entre os fiscos e os contribuintes. O cidadão brasileiro, ao menos no plano cultural, não inclui o pagamento de impostos entre os deveres fundamentais. Não causa estranheza o empresário afirmar, sem nenhum sentimento de culpa, que deixou de pagar os impostos porque a ‘crise’ o obrigou a optar entre o recolhimento de impostos e o pagamento aos fornecedores e empregados. Dito de outra forma, o pagamento de impostos ainda não é um valor definitivamente incorporado à vida nacional.” (L.34-47)

A respeito do trecho acima analise os itens a seguir:

- I. No trecho “O cidadão brasileiro, ao menos no plano cultural, não inclui o pagamento de impostos entre os deveres fundamentais”, o vocábulo *entre* poderia ser substituído, sem alteração de sentido da frase, por *dentre*.
- II. A expressão “sem nenhum sentimento de culpa” é redundante.
- III. O pronome “essa” tem valor dêitico.

Assinale:

- (A) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (C) se nenhum item estiver correto.
- (D) se todos os itens estiverem corretos.
- (E) se somente os itens I e III estiverem corretos.

16. “*A despeito de* sua natureza relativamente controversa...” (L.11-12)

Assinale a alternativa que **não** poderia substituir a expressão grifada acima, sob pena de alteração de sentido.

- (A) Malgrado
- (B) Não obstante
- (C) Porquanto
- (D) Nada obstante
- (E) Apesar de

17. Assinale a alternativa em que o termo indicado seja classificado como advérbio.

- (A) Nada (L.4)
- (B) conforme (L.12)
- (C) nenhum (L.41)
- (D) mais (L.124)
- (E) demais (L.51)

18. “Tributos muito vulneráveis à evasão, especialmente em países sem forte tradição tributária, são altamente perniciosos, porque sendo a sonegação uma conduta oportunista ela inevitavelmente ocorrerá e, em conseqüência, acarretará toda sorte de desequilíbrios no mercado e deficiências no erário.” (L.89-95)

Assinale a alternativa em que ocorra pontuação igualmente correta para o trecho acima.

- (A) Tributos muito vulneráveis à evasão, especialmente em países sem forte tradição tributária, são altamente perniciosos, porque – sendo a sonegação uma conduta oportunista –, ela inevitavelmente ocorrerá, e em conseqüência acarretará toda sorte de desequilíbrios no mercado e deficiências no erário.
- (B) Tributos muito vulneráveis à evasão – especialmente em países sem forte tradição tributária – são altamente perniciosos, porque, sendo a sonegação uma conduta oportunista, ela inevitavelmente ocorrerá, e, em conseqüência, acarretará toda sorte de desequilíbrios no mercado e deficiências no erário.
- (C) Tributos muito vulneráveis à evasão – especialmente em países sem forte tradição tributária –, são altamente perniciosos, porque sendo a sonegação uma conduta oportunista, ela inevitavelmente ocorrerá, e, em conseqüência, acarretará toda sorte de desequilíbrios no mercado e deficiências no erário.
- (D) Tributos muito vulneráveis à evasão, especialmente em países sem forte tradição tributária, são altamente perniciosos, porque – sendo a sonegação uma conduta oportunista – ela inevitavelmente ocorrerá e em conseqüência, acarretará toda sorte de desequilíbrios no mercado e deficiências no erário.
- (E) Tributos muito vulneráveis à evasão – especialmente em países sem forte tradição tributária – são altamente perniciosos, porque, sendo a sonegação uma conduta oportunista, ela inevitavelmente ocorrerá e, em conseqüência, acarretará toda sorte de desequilíbrios no mercado e deficiências no erário.

Matemática Financeira e Estatística

19. Um capital é aplicado durante 120 dias, a uma taxa de juros simples ordinário de 15% ao ano, produzindo um montante de R\$ 8.400,00.

Nessas condições, o capital aplicado, desprezando os centavos, é:

- (A) R\$ 6.500,00.
(B) R\$ 8.000,00.
(C) R\$ 8.017,00.
(D) R\$ 8.820,00.
(E) R\$ 7.850,00.

20. Um indivíduo possui um título que paga mensalmente de R\$ 500,00, perpetuamente. O indivíduo quer vender esse título, sabendo que a taxa de desconto é de 1% ao mês.

O preço justo desse título é:

- (A) R\$ 50.000,00.
(B) R\$ 500.000,00.
(C) R\$ 1.000.000,00.
(D) R\$ 20.000,00.
(E) R\$ 100.000,00.

21. Um empresário deseja comprar um equipamento cujo valor é de R\$ 50.000,00, utilizando o Sistema de Amortização Constante-SAC. O banco financia esse equipamento em 100 meses, a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos.

Assim, a primeira prestação a ser paga será de:

- (A) R\$ 1.500,00.
(B) R\$ 1.000,00.
(C) R\$ 1.666,00.
(D) R\$ 500,00.
(E) R\$ 5.000,00.

22. Os jogadores *A* e *B* se encontram para jogar uma partida de tênis em no máximo cinco *sets*, na qual será vencedor aquele que primeiro ganhar três *sets*.

Por exemplo, partidas terminadas poderão ter como resultado: *AAA*, *AABA*, *BABAB*, etc. Então, o número de possíveis resultados para uma partida terminada é:

- (A) 4. (B) 10.
(C) 20. (D) 6.
(E) 8.

23. Sejam X e Y duas variáveis aleatórias quaisquer.

Então:

- (A) $\text{VAR}(X - Y) = \text{VAR}(X) - \text{VAR}(Y)$.
 (B) $\text{VAR}(X - Y) = \text{VAR}(X) + \text{VAR}(Y) - \text{COV}(X, Y)$.
 (C) $\text{VAR}(X - Y) = \text{VAR}(X) + \text{VAR}(Y) + 2 \text{COV}(X, Y)$.
 (D) $\text{VAR}(X - Y) = \text{VAR}(X) + \text{VAR}(Y) + \text{COV}(X, Y)$.
 (E) $\text{VAR}(X - Y) = \text{VAR}(X) + \text{VAR}(Y) - 2 \text{COV}(X, Y)$.

24. A taxa de juros simples de 0,05% ao dia equivale à taxa semestral de:

- (A) 15,00%.
 (B) 9,00%.
 (C) 18,00%.
 (D) 1,50%.
 (E) 12,00%.

25. Uma companhia utiliza um sistema de avaliação de desempenho de seus funcionários por meio de dois indicadores de *performance*: Qualidade das tarefas e a Tempestividade com que as tarefas são realizadas.

Os funcionários receberam, na última avaliação, as medidas indicadas na tabela a seguir:

Medidas	Indicador	
	Qualidade	Tempestividade
Média	50	25
Desvio-Padrão	10,0	6,0
Coefficiente de Variação (%)	20	24

Com base na tabela, é correto afirmar que:

- (A) as avaliações da Qualidade foram mais homogêneas do que as da Tempestividade.
 (B) as avaliações da Qualidade foram mais dispersas do que as avaliações da Tempestividade.
 (C) a média aritmética não é uma boa medida para representar a *performance* dos funcionários em face do elevado nível de dispersão das avaliações.
 (D) os funcionários demoram mais para realizar as tarefas, mas a qualidade das tarefas é melhor.
 (E) nada se pode afirmar sem o conhecimento do tamanho da amostra.

26. A taxa de juros mensal, juros compostos, que faz com que um capital aumente de R\$ 1.500 para R\$ 1.653,75 em 2 meses é de:

- (A) 2%.
 (B) 8%.
 (C) 3%.
 (D) 10%.
 (E) 5%.

27. Um capital de R\$ 5.000 foi aplicado à taxa de 1% ao mês, por dois meses e, além disso, foi corrigido, no final, pela inflação acumulada de 2%:

- (A) R\$ 5.100.
 (B) R\$ 5.010.
 (C) R\$ 5.250.
 (D) R\$ 5.202.
 (E) R\$ 5.101.

28. O montante final de uma aplicação financeira de R\$ 2.000 a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos, durante 2 meses é:

- (A) R\$ 2.040,00.
 (B) R\$ 2.122,42.
 (C) R\$ 2.020,00.
 (D) R\$ 20.100,00.
 (E) R\$ 2.080,80.

29. Dentre as distribuições de probabilidades a seguir, aquela em que $E(X) = E(X - E(X))^2$ é:

(A) de densidade $f_x(x) = \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \exp\left(-\frac{x^2}{2}\right)$, $-\infty < x < \infty$

(B) de densidade $f_x(x) = 1$, $0 < x < 1$

(C) $P(X = x) = \frac{e^{-\lambda} \lambda^x}{x!}$, $x = 0, 1, 2, \dots$

(D) $P(X = x) = \binom{n}{x} p^x (1-p)^{n-x}$, $x = 0, 1, 2, \dots, n$

(E) $P(X = x) = \frac{\binom{N}{x} \binom{M}{n-x}}{\binom{N+M}{n}}$, $x = 0, 1, 2, \dots, n$

30. Sejam X, Y e Z três variáveis com correlações de Pearson expressas pela matriz abaixo:

	X	Y	Z
X	1,000		
Y	0,800	1,000	
Z	0,000	-0,500	1,000

Pode-se, então, afirmar que:

- (A) X e Z são independentes.
- (B) a correlação parcial entre X e Y, após a correção para Z, é negativa.
- (C) a correlação entre $V = a + b \cdot X$ e $W = c + d \cdot Z$, com $a \neq 0$, $c \neq 0$, $b > 0$ e $d < 0$ é negativa.
- (D) o coeficiente de determinação da regressão de Y em X é maior do que 60%.
- (E) a covariância entre X e Y é igual a 0,64.

31. José dispõe de R\$ 10.000 para aplicar durante seis meses. Consultando determinado banco, recebeu as seguintes propostas de investimento:

- I. juros simples de 2% ao mês;
- II. juros compostos de 1% ao mês;
- III. resgate de R\$ 12.000, ao final de um período de seis meses.

Assinale:

- (A) se a proposta III for a melhor alternativa de investimento.
- (B) se a proposta I for a melhor alternativa de investimento.
- (C) se a proposta II for a melhor alternativa de investimento.
- (D) se todas apresentarem o mesmo retorno.
- (E) se as propostas I e III apresentarem o mesmo retorno.

32. O coeficiente de determinação de um modelo de regressão linear serve como uma importante ferramenta para avaliar o grau de ajustamento do modelo aos dados.

A respeito desse coeficiente, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Seu valor varia entre 0 e 1.
- (B) É invariante a uma mudança de escala das variáveis independentes.
- (C) É uma função não decrescente no número de variáveis independentes no modelo.
- (D) É utilizado para escolher modelos com número de variáveis independentes diferentes.
- (E) Representa a participação relativa da soma dos quadrados da regressão sobre a soma dos quadrados total.

33. Sejam A, B e C três eventos quaisquer definidos em um espaço amostral S. Então,

$P(A) + P(B) + P(C) - P(A \cap B) - P(A \cap C) - P(B \cap C)$ refere-se à probabilidade da ocorrência de:

- (A) no máximo dois eventos.
- (B) exatamente um dos eventos.
- (C) pelo menos um dos eventos.
- (D) um ou dois dos eventos.
- (E) pelo menos dois eventos.

34. Os valores de R\$ 50.000 e R\$ 100.000 foram aplicados à mesma taxa de juros simples durante 12 e 6 meses, respectivamente.

O prazo médio da aplicação conjunta desses capitais, em meses é:

- (A) 8.
- (B) 12.
- (C) 10.
- (D) 9,2.
- (E) 7,5.

35. Em um país, a probabilidade de um contribuinte cometer erro na declaração anual de ajuste de rendimentos aumenta na medida em que o valor do imposto final também aumenta. Estudos indicam que a probabilidade de um contribuinte cometer erro na declaração anual de ajuste ($Y = 1$) é expressa por meio de:

$$P(Y = 1 | X) = \frac{e^{-0,048 + 0,02X}}{1 + e^{-0,048 + 0,02X}},$$

onde X é um número real que representa o valor do ajuste do imposto (diferença entre o imposto pago ao longo do ano e o que deveria pagar de acordo com os rendimentos, retenções e abatimentos), em \$1.000.

Se $X > 0$, o contribuinte tem imposto devido a pagar; se $X < 0$, tem imposto a ser restituído; e, se $X = 0$, o imposto retido ao longo do ano foi igual ao imposto total devido.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) a cada acréscimo de \$1.000 no imposto, a probabilidade de o contribuinte cometer erro na declaração de ajuste aumenta em 2%.
- (B) a probabilidade de a declaração de ajuste apresentar erro ($Y = 1$) é maior do que a probabilidade de não haver erro ($Y = 0$), para todos os contribuintes com $X > 0$.
- (C) essa função de probabilidade tem seu ponto de inflexão em $X = 0$.
- (D) contribuintes com imposto devido têm probabilidade 0,5 de cometer erro na declaração.
- (E) o logaritmo neperiano da razão entre a probabilidade de haver erro na declaração e a de não haver é uma função linear em X, expressa por $-0,048 + 0,02 \cdot X$.

36. Considere uma Amostra Aleatória Simples de n unidades extraídas de uma população na qual a característica, X , estudada tem distribuição Normal com média μ e variância σ^2 , ambas desconhecidas,

mas finitas. Considere, ainda, as estatísticas média da amostra, $\bar{X} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n X_i$, e variância da amostra

$S^2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2$. Então, é correto afirmar que:

- (A) \bar{X} e S^2 são, ambos, não tendenciosos para a estimação da média e da variância da população, respectivamente.
- (B) \bar{X} e S^2 são, ambos, não-tendenciosos para a estimação da média e da variância da população, mas apenas \bar{X} é consistente.
- (C) \bar{X} é tendencioso, mas S^2 é não-tendencioso para a estimação da média e da variância da população, respectivamente.
- (D) \bar{X} e S^2 são, ambos, tendenciosos para a estimação da média e da variância da população, respectivamente.
- (E) \bar{X} é não-tendencioso, mas S^2 é tendencioso para a estimação da média e da variância da população, respectivamente.

Economia e Finanças Públicas

37. Quando a renda líquida enviada ao exterior (RLEE) é deficitária, pode-se dizer que:

- (A) $PNL > PIL$.
- (B) $PIL < PIB$.
- (C) $PNB > PIB$.
- (D) $RNL < RD$.
- (E) $PIB > PNB$.

38. A inflação no país B está acelerando. Caso esse país queira reduzi-la sem ter grande impacto no produto, a combinação de políticas adotada deve ser:

- (A) política monetária e fiscal contracionista.
- (B) política monetária contracionista e fiscal expansionista.
- (C) política monetária e fiscal expansionistas.
- (D) política monetária expansionista e fiscal contracionista.
- (E) somente uma política fiscal contracionista.

39. Uma seca no Centro-Oeste reduz a produção de soja. Ao mesmo tempo, é divulgado um estudo que mostra que o consumo de derivados de soja eleva o risco de problemas cardíacos.

Com base nesses dois eventos, a respeito do preço e da quantidade de equilíbrio no mercado de soja, é correto afirmar que:

- (A) não é possível determinar o que ocorre com o preço e a quantidade com as informações do enunciado.
- (B) o preço diminuirá, e não é possível determinar o que ocorre com a quantidade.
- (C) a quantidade aumentará, e não é possível determinar o que ocorre com o preço.
- (D) o preço aumentará, e não é possível determinar o que ocorre com a quantidade.
- (E) a quantidade diminuirá, e não é possível determinar o que ocorre com o preço.

40. A respeito dos gastos e receitas do governo, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O superávit primário é igual ao total arrecadado menos os gastos correntes do governo.
- (B) A correção monetária da dívida é igual ao déficit nominal menos o déficit operacional.
- (C) A diferença entre o déficit nominal e o déficit operacional é o pagamento dos juros nominais da dívida.
- (D) O governo não pode sempre elevar a sua arrecadação elevando a alíquota do imposto.
- (E) Pode-se medir o déficit por meio da variação do endividamento.

41. Um setor é um monopólio natural. Para garantir o maior bem-estar para o consumidor assinale o que o órgão regulador deve fazer.

- (A) Determinar que o preço seja igual ao custo médio.
- (B) Determinar que o preço cobrado seja igual ao custo marginal.
- (C) Quebrar esse monopólio e estimular a concorrência.
- (D) Não há nada que o governo possa fazer para melhorar o consumidor, visto que é um monopólio natural (retornos crescentes de escala).
- (E) Determinar que o preço seja aquele em que a curva de oferta intercepta a curva de demanda.

42. A respeito das curvas de indiferença com relação aos bens X e Y, analise as afirmativas a seguir:

- I. Caso os consumidores prefiram ter mais dos bens X e Y a ter menos, as curvas de indiferença mais afastadas da origem são preferíveis às mais baixas.
- II. As curvas de indiferença convexas em relação à origem indicam uma preferência dos consumidores com relação à variedade de bens.
- III. As curvas de indiferença possuem inclinação positiva indicando que o consumidor está disposto a substituir um bem por outro.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

43. A respeito do sistema de tributação, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Um sistema eficiente nem sempre é eqüitativo.
- (B) Para reduzir o impacto da tributação sobre a economia, devem-se taxar mais bens com elasticidade baixa.
- (C) Um sistema tributário eficiente deve minimizar o peso morto e os encargos administrativos.
- (D) A introdução de impostos pode reduzir os efeitos de externalidades negativas.
- (E) A introdução de impostos sobre valor agregado eleva a ineficiência devido ao efeito cascata.

44. A economia do país X possui as seguintes curvas de demanda e oferta por milho:

- I. curva de demanda por milho: $q = 70 - 2p$;
- II. curva de oferta por milho: $q = 10 + 4p$.

Suponha que a economia do país X realize uma abertura comercial de sua economia. Com o preço internacional por milho sendo igual a 15, é correto afirmar que:

- (A) o bem-estar cai em 50.
- (B) a demanda doméstica se eleva em 20 unidades.
- (C) a quantidade produzida aumenta em 10 unidades.
- (D) o bem-estar aumenta em 75.
- (E) a quantidade ofertada iguala a quantidade demandada em 50 unidades.

45. Um vendedor possui a seguinte preferência: $U(w) = w^{0,5}$.

Esse vendedor recebe a seguinte oferta de trabalho: "Você irá receber um salário de R\$ 100 mais um percentual de 10% sobre as suas vendas."

Sabendo-se que o vendedor tem a probabilidade $p = 0,5$ de vender R\$ 3.000 e uma probabilidade $(1 - p)$ de vender R\$ 8.000, assinale a alternativa correta.

- (A) O vendedor estaria indiferente entre essa proposta e um salário fixo de R\$ 625.
- (B) O vendedor só aceitaria essa oferta caso seu atual salário fixo fosse menor que R\$ 650.
- (C) Esse tipo de contrato nunca atrairia um vendedor com salário fixo superior a R\$ 600.
- (D) O vendedor acharia mais vantajoso um contrato que pagasse R\$ 200 mais 5%, pois reduziria o seu risco.
- (E) Essa oferta dá uma utilidade ao vendedor de $U = 10 + 550^{0,5}$.

46. A respeito das empresas monopolistas, é correto afirmar que:

- (A) a maximização do lucro por parte das empresas monopolistas maximiza o bem-estar da sociedade devido aos maiores lucros gerados.
- (B) a empresa monopolista escolhe o preço do produto de forma que o preço seja igual ao custo médio.
- (C) a curva de receita marginal está acima da curva de demanda.
- (D) a firma monopolista maximiza o seu lucro igualando o custo marginal com a receita marginal.
- (E) do ponto de vista do bem-estar total da economia, a discriminação de preços eleva o excedente do monopolista, mas reduz a eficiência medida pelo excedente total (consumidor + produtor).

47. O mercado de trabalho de uma economia é caracterizado da seguinte forma:

$$A \text{ oferta de trabalho é igual a } L_s = 10 + \left(\frac{w}{p}\right)$$

e a demanda por trabalho é determinada por

$$L_d = 100 - 5 \left(\frac{w}{p}\right).$$

O produto é determinado em função da quantidade de trabalho da seguinte forma: $Y = F(L) = 20L - 0,1L^2$.

Com base nessas informações, é correto afirmar que:

(A) o produto dessa economia é igual a 500.

(B) a introdução de um imposto de 60% sobre a folha de pagamentos reduz o salário de equilíbrio para $\left[\left(\frac{w}{p}\right) = 10\right]$.

(C) a introdução de um imposto sobre folha de pagamentos de 60% eleva o salário dessa economia para 24.

(D) a introdução de um salário mínimo real de

$$10 \left[\left(\frac{w}{p}\right)_{\text{mín}} = 10\right] \text{ reduz o produto dessa}$$

economia.

(E) a introdução de um imposto sobre folha de pagamentos de 60% desestimula a oferta de trabalho em 60%.

48. A respeito dos custos de produção, analise as afirmativas a seguir:

- I. O custo variável médio cruza a curva de custo total médio no mínimo.
- II. Uma firma deve suspender a sua operação quando a receita total for inferior ao custo total médio.
- III. A curva de custo marginal intercepta as curvas de custo total médio e custo variável médio no mínimo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

49. A economia do país A possui as seguintes curvas de demanda e oferta por milho:

- I. curva de demanda por milho: $q = 100 - 4p$;
- II. curva de oferta por milho: $q = 10 + p$.

O país A introduz um imposto de Z\$ 5 por unidade, cobrado do consumidor.

Com esse imposto:

- (A) o governo arrecada Z\$ 140.
- (B) o bem-estar cai em 20.
- (C) o imposto só afeta o consumidor.
- (D) o consumidor paga Z\$ 1 do imposto.
- (E) a quantidade ofertada iguala a quantidade demandada em 28 unidades.

50. A respeito da atuação das firmas nos diferentes ambientes de concorrência, analise as afirmativas a seguir:

- I. Firms que atuam em mercados de concorrência perfeita maximizam o lucro ofertando a quantidade em que a receita marginal iguala o custo marginal.
- II. Firms monopolistas maximizam o lucro ofertando a quantidade em que a receita marginal iguala o custo marginal.
- III. Na competição monopolística as firms maximizam o lucro ofertando a quantidade em que a receita marginal iguala o custo marginal.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

51. Uma economia hipotética com governo é caracterizada da seguinte forma:

	Valor bruto da produção	Insumos
Minério	R\$ 150	0
Aço	R\$ 300	R\$ 150 de minério
Carro	R\$ 600	R\$ 200 de aço

Obs.: valores em milhões de reais.

O total de salários pagos é igual a R\$ 200 milhões.

O total gasto com o pagamento de juros e aluguéis é igual a R\$ 250 milhões.

O consumo total das famílias é igual a R\$ 600 milhões.

Com base nos dados acima, assinale a alternativa correta.

- (A) O PIB dessa economia é igual a R\$ 700 milhões.
- (B) O lucro dessa economia é igual a R\$ 550 milhões.
- (C) A renda total dessa economia é igual a R\$ 500 milhões.
- (D) O consumo do governo é igual a zero.
- (E) O PIB dessa economia é igual a R\$ 950 milhões.

52. A respeito da teoria da firma, analise as afirmativas a seguir:

- I. Em mercados competitivos, as firmas entram sempre que o preço for superior ao custo total médio.
- II. No longo prazo, com a entrada e a saída de firmas, o lucro econômico de uma firma em mercados competitivos é zero.
- III. Empresas sempre fecham quando o lucro é menor do que zero.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Administração

53. Quanto ao uso de indicadores de produtividade, **não** é correto afirmar que:

- (A) é uma ferramenta importante aplicada para compreender problemas organizacionais e apoiar o processo de decisão gerencial.
- (B) a produtividade de um recurso é a quantidade de produtos ou serviços produzidos num intervalo de tempo dividido pela quantidade necessária desse recurso; por isso, variáveis como capital, materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais não devem ser usadas para medir e determinar a produtividade em um intervalo de tempo.
- (C) é uma das ferramentas usualmente utilizadas em processos de qualidade.
- (D) é um componente de sucesso e fator de competitividade entre organizações, por isso é importante o seu monitoramento por meio de indicadores que apoiem decisões administrativas.
- (E) é o investimento feito pelas organizações em tecnologia e treinamento dos empregados.

54. Em relação à estrutura e ao funcionamento da Administração Pública no Brasil, é correto afirmar que:

- (A) o modelo de agências reguladoras no Brasil foi desenvolvido a partir da construção da infra-estrutura pública pelo setor privado em situação de quase monopólio, sendo necessária a estruturação dessas agências para a proteção do consumidor.
- (B) a instituição do concurso público garante a isonomia, incentiva a meritocracia e produz, na Administração Pública, a certeza de obtenção de pessoal com atitudes, motivação e habilidades compatíveis com o exercício do cargo.
- (C) os consórcios públicos, constituídos conforme a Lei 11.107/05, são organizados para a realização de objetivos de interesse comum entre os entes participantes e são um importante instrumento a ser utilizado para equacionar formas de atuação conjunta dos entes federados.
- (D) as modalidades de licitação pregão e concorrência são exemplos de processos de modernização na legislação de compras da Administração Pública.
- (E) a Administração Pública deve pautar seu horizonte pelos critérios de descontinuidade.

55. Várias técnicas e modelos de gestão têm sido utilizados na última década nos processos de modernização da Administração Pública.

A esse respeito, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A qualidade total pressupõe que a obrigação de obter a qualidade está nas pessoas que a produzem.
- (B) A gestão do conhecimento tende a tornar tácito o conhecimento explícito, melhorá-lo e internalizá-lo, construindo, assim, uma espiral de conhecimento.
- (C) Os processos de Reengenharia pressupõem um processo de mudança que pode ser classificada como radical, drástica e orientada para os processos de trabalho.
- (D) Os processos de *Empowerment* (“empoderamento”) pressupõem proporcionar aos funcionários as habilidades e a autoridade para tomar decisões que antes seriam tomadas pelos gerentes.
- (E) Os processos de Desenvolvimento Organizacional podem introduzir mudanças estruturais e técnicas, mas seu foco principal está em mudar as pessoas e a natureza e qualidade das suas relações de trabalho.

56. A respeito do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e sua lógica, é correto afirmar que:

- (A) o diagnóstico identificou que, a partir da Constituição de 1988, deu-se início ao processo de uniformização do tratamento de todos os servidores da administração direta e indireta e que a média de remuneração dos profissionais especializados de nível superior e gerentes era inferior à média de mercado.
- (B) as formas de gestão burocrática representam um atraso crônico que deve ser imediatamente abandonado.
- (C) o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado foi a primeira iniciativa na direção de uma administração pública descentralizada e voltada para resultados.
- (D) o Objetivo da Reforma do Estado era melhorar as estruturas políticas, dando legitimidade, e, por conseguinte, governabilidade ao modelo.
- (E) a forma de gestão típica das atividades exclusivas do Estado deve ser, predominantemente, a burocrática.

57. Analise os casos descritos a seguir, referentes a fraudes envolvendo o comércio eletrônico e *Internet Banking*.

- I. O usuário recebe um *e-mail* de um suposto funcionário da instituição que mantém o *site* de comércio eletrônico ou de um banco, que persuade o usuário a fornecer informações sensíveis, como senhas de acesso ou número de cartões de crédito.
- II. Um *hacker* compromete o DNS do provedor do usuário, de modo que todos os acessos a um *site* de comércio eletrônico ou *Internet Banking* são redirecionados para uma página *Web* falsificada, semelhante ao *site* verdadeiro, com o objetivo de o atacante monitorar todas as ações do usuário, como a digitação de sua senha bancária. Nesta situação, normalmente o usuário deve aceitar um novo certificado (que não corresponde ao *site* verdadeiro), e o endereço mostrado no *browser* do usuário é diferente do endereço correspondente ao *site* verdadeiro.
- III. O usuário recebe um *e-mail*, cujo remetente é o gerente do seu banco e que contém uma mensagem que solicita a execução pelo usuário de um programa anexo ao *e-mail* recebido, a título de obter acesso mais rápido às informações mais detalhadas em sua conta bancária.
- IV. O usuário utiliza computadores de terceiros para acessar *sites* de comércio eletrônico ou de *Internet Banking*, possibilitando o monitoramento de suas ações, incluindo a digitação de senhas ou número de cartões de crédito, por meio de programas especificamente projetados para esse fim.

Constituem exemplos de fraudes resultantes de Engenharia Social os casos identificados em:

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

58. Atualmente existem placas-mãe de microcomputadores que oferecem níveis *RAID* (“*Redundant Arrays of Independent Disks*”), para tornar o sistema de disco mais rápido e mais seguro. No que diz respeito à tolerância a falhas, um dos níveis, conhecido por espelhamento, se caracteriza pelos seguintes fatos:

- I. O conteúdo de um **disco rígido** é inteiramente copiado para outro. Se ocorrer qualquer pane no disco rígido principal, o segundo entra em ação. Assim, o espelhamento constitui um *backup* automático feito por *hardware*, executado automaticamente pela **placa-mãe**, aumentando a segurança, não sendo necessário nenhum tipo de configuração no sistema operacional para que seja realizado.
- II. O processo não precisa ser feito no momento da formatação do disco rígido e instalação do sistema operacional. No momento da configuração, que é feito por um *setup* próprio, o conteúdo do disco rígido principal será copiado para o disco rígido de *backup*.

Em conseqüência, consegue-se a redundância dos dados nos discos, pois os dois conterão as mesmas informações. Caso um dos discos pare, o outro, por armazenar o mesmo conteúdo, manterá todo o sistema operacional.

Esse nível de tolerância a falhas é denominado:

- (A) RAID-1.
- (B) RAID-4.
- (C) RAID-3.
- (D) RAID-5.
- (E) RAID-0.

59. No funcionamento de um sistema de gerenciamento de banco de dados, uma situação de falha ocorre quando dois usuários tentam alterar, simultaneamente, um mesmo registro. Por exemplo, no caso de dois clientes de uma empresa de cartões de crédito tentarem realizar, num dado instante, a liquidação de um mesmo boleto da mesma fatura, um deles receberá uma mensagem de falha.

A situação descrita é conhecida por:

- (A) *Multlock*.
- (B) *Crashing*.
- (C) *Overlock*.
- (D) *Deadlock*.
- (E) *Locking*.

60. A respeito das estruturas e modelos de controle adotados no Brasil e no mundo, é **incorreto** afirmar que:

- (A) a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) possui mecanismos que favorecem o Controle Social.
- (B) o Controle Social, normalmente, atua em conjunto com os mecanismos de controle formal do Estado.
- (C) o modelo de Tribunal de Contas usualmente se baseia em órgãos colegiados de decisão.
- (D) o modelo de Controladoria é naturalmente melhor que o de Tribunal de Contas.
- (E) o Controle Social aumenta a amplitude do Sistema de Controle e a legitimidade do Estado que o incentiva.

61. Uma rede de microcomputadores opera com base no padrão Ethernet IEEE-802.3 e utiliza o protocolo CSMA/CD. No momento em que uma colisão é detectada, as máquinas que estão transmitindo executam o seguinte procedimento:

- (A) aceleram o ritmo de transmissão.
- (B) passam a transmitir em modo *half-duplex*.
- (C) param imediatamente de transmitir.
- (D) retransmitem os *frames* que provocaram a colisão.
- (E) enviam pacotes de sincronismo para as demais máquinas.

62. No que se refere ao papel dos gestores públicos no tratamento dos recursos financeiros, humanos e físicos, é correto afirmar que:

- (A) a relação de *accountability* estabelece que o administrado pode e deve exigir transparência dos administradores, que começa na publicidade, mas não se extingue nela.
- (B) o gestor público que trata de transferências governamentais tem por regra a aplicação de recursos públicos de um ente federado para pagamento de despesas de pessoal de outro ente federado.
- (C) para preservar o patrimônio público, a regra estabelece que as receitas de capital devem ser maiores que as despesas de capital.
- (D) só o administrador público tem o dever de prestar contas dos recursos públicos que ele possui sob sua guarda.
- (E) as atividades de gestão de pessoal são obrigações exclusivas dos órgãos de Recursos Humanos da Administração Pública Federal.

63. Cada vez mais a tecnologia *wireless* tem se tornado popular e sido mais utilizada em suporte à transmissão de dados. Um dos padrões tem as seguintes características:

- funciona na frequência de 2,4 GHz;
- oferece uma velocidade de 54 Mbps;
- baseia-se na compatibilidade com os dispositivos 802.11b;
- emprega autenticação WEP estática já aceitando outros tipos de autenticação como WPA (*Wireless Protect Access*) com criptografia dinâmica (método de criptografia TKIP e AES);
- apresenta os mesmos inconvenientes do padrão 802.11b, que são as incompatibilidades com dispositivos de diferentes fabricantes e a alta interferência tanto na transmissão como na recepção de sinais, porque funcionam a 2,4 GHz equivalentes aos telefones móveis;
- apresenta como vantagens o baixo preço dos seus dispositivos, a largura de banda gratuita bem como a disponibilidade gratuita em todo o mundo;
- tem sido bastante utilizado na comunicação com *notebooks* em redes sem fio em curtas distâncias.

Esse padrão é conhecido como:

- (A) IEEE-802.11n. (B) IEEE-802.11a.
 (C) IEEE-802.11h. (D) IEEE-802.11j.
 (E) IEEE-802.11g.

64. *Business Intelligence (BI)* refere-se ao processo para tomada de decisões em uma empresa, sendo de elevada importância a existência de um repositório próprio para os dados consolidados e já transformados em “informação real”, que pode ser um *Data Warehouse* ou um *Data Mart*. Nesse contexto, duas aplicações são identificadas: a primeira, que sustenta o negócio por meio de ferramentas OLTP (*On Line Transaction Processing*), e a segunda, que analisa o negócio por meio de ferramentas OLAP (*On Line Analytical Processing*). Essas aplicações têm, como objetivos principais, respectivamente:

- (A) levantamento e armazenamento de dados/implementação de testes.
 (B) pesquisa e teste de *software*/especificação de requisitos.
 (C) projeto e análise de sistemas/transformação de processos.
 (D) controle e registro de transações/identificação de tendências.
 (E) busca e coleta de informações/substituição de rotinas.

65. Analise a planilha abaixo, criada por um Fiscal de Rendas, no Excel 2003 BR.

	A	B	C	D	E	F	G	H
2								
3		PRODUTIVIDADE NOS MESES DE AGOSTO E SETEMBRO - 2008						
4								
5								
6		MÊS	SETOR	FUNCIONÁRIO	PONTOS		SITUAÇÃO	
7		AGOSTO	GERÊNCIA	Pedro	1040		Atingiu meta!	
8			PROJETO	Carlos	900		Atingiu meta!	
9			PROJETO	Sônia	800		Atingiu meta!	
10			FINANÇAS	Jussara	520		Abaixo da meta!	
11			FINANÇAS	Felisberto	600		Abaixo da meta!	
12		SETEMBRO	GERÊNCIA	Pedro	1100		Atingiu meta!	
13			PROJETO	Carlos	650		Abaixo da meta!	
14			PROJETO	Sônia	840		Atingiu meta!	
15			FINANÇAS	Jussara	750		Abaixo da meta!	
16			FINANÇAS	Felisberto	850		Atingiu meta!	
17								
18				Média em agosto:	772			
19				Média em setembro:	838		GERÊNCIA	2140
20				Total em agosto:	3860		PROJETO	3190
21				Total em setembro:	4190		FINANÇAS	2720

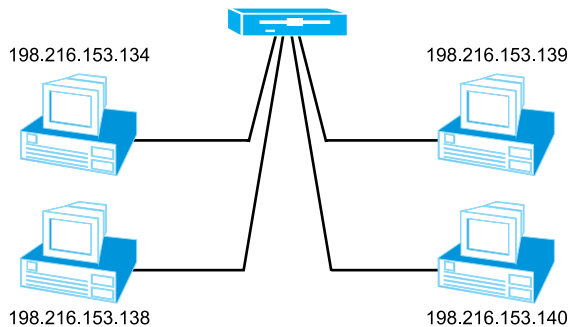
Na utilização dos recursos do *software*, o Fiscal executou os seguintes procedimentos, em seqüência:

- Inseriu fórmulas nas células de G7 a G16, para escrever “Atingiu meta!” se a pontuação foi maior ou igual à média do mês e “Abaixo da meta!”, caso contrário.
- Inseriu, na célula H19, a expressão =SOMASE(\$C\$7:\$C\$16;G19;\$E\$7:\$E\$16).
- Selecionou a célula H19 e executou o atalho de teclado <Ctrl> + C.
- Selecionou a célula H21 e executou o atalho de teclado <Ctrl> + V.

Para obtenção dos resultados indicados, as fórmulas inseridas nas células H7 e H21 são, respectivamente:

- (A) =SE(E7>=\$E\$18;"Abaixo da meta!";"Atingiu meta!")
 e =SOMASE(\$C\$9:\$C\$18;G21;\$E\$9:\$E\$18)
 (B) =SE(E7>=\$E\$20;"Atingiu meta!";"Abaixo da meta!")
 e =SOMASE(\$C\$9:\$C\$18;G21;\$E\$9:\$E\$18)
 (C) =SE(E7>=\$E\$18;"Atingiu meta!";"Abaixo da meta!")
 e =SOMASE(\$C\$7:\$C\$16;G21;\$E\$7:\$E\$16)
 (D) =SE(E7>\$E\$20;"Abaixo da meta!";"Atingiu meta!")
 e =SOMASE(\$C\$7:\$C\$16;G21;\$E\$7:\$E\$16)
 (E) =SE(E7>\$E\$18;"Atingiu meta!";"Abaixo da meta!")
 e =SOMASE(\$C\$7:\$C\$16;G21;\$E\$7:\$E\$16)

66. A figura abaixo ilustra uma sub-rede de microcomputadores Windows XP com acesso à Internet, que usa topologia estrela, com destaque para os IPs empregados pelas máquinas. Foi utilizado o esquema de máscara de tamanho fixo e atribuída uma única faixa de endereços à sub-rede. A máscara utilizada é 255.255.255.192.



A faixa total de endereços que a sub-rede está utilizando é:

- (A) de 198.216.153.0 até 198.216.153.127
- (B) de 198.216.153.128 até 198.216.153.159
- (C) de 198.216.153.128 até 198.216.153.143
- (D) de 198.216.153.0 até 198.216.153.255
- (E) de 198.216.153.128 até 198.216.153.191

67. A respeito da Administração Pública, é correto afirmar que:

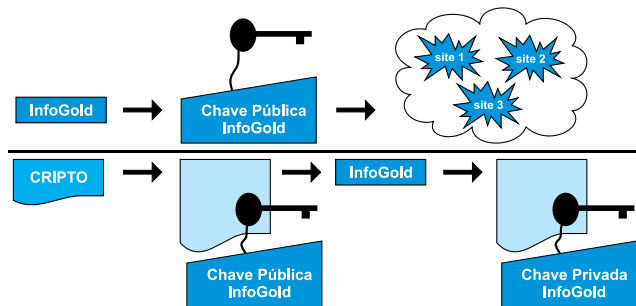
- (A) a Constituição Federal de 1988 representou um avanço na institucionalização dos critérios da Administração Pública gerencial no Brasil.
- (B) a regra geral para a atuação do Estado na prestação de serviços públicos no Brasil não é a universalização.
- (C) a construção de modelos de parceria entre o setor público e o setor privado é uma inovação do início deste século.
- (D) a centralização da Administração Pública foi o modelo desenvolvido na Reforma Administrativa estabelecida pelo Decreto-Lei 200/67.
- (E) no plano administrativo, a Administração Pública burocrática surgiu junto com o Estado liberal, como uma forma de defender a coisa pública contra o patrimonialismo.

68. A respeito das Relações entre Estado e Sociedade Civil, **não** é correto afirmar que:

- (A) da mesma forma que não podemos pensar que a sociedade civil seja o campo dos interesses privados e o Estado, o do interesse geral, não podemos cometer o equívoco oposto de atribuir à sociedade civil um papel libertador, tornando-a a consubstanciação do interesse público. Assim como o Estado defende com frequência interesses privados, a sociedade civil pode lutar pelo interesse geral, mas a defesa de interesses particulares é inerente à própria idéia de sociedade civil.
- (B) a sociedade civil, situada entre a sociedade e o Estado, deixa de ser passiva, dominada pelo Estado ou o mercado, e busca, ativamente, condicionar e modificar Estado e mercado.
- (C) uma sociedade civil forte está integrada no Estado e deve manter-se atuante na orientação da forma como esse Estado é governado.
- (D) a crise do Estado no último quartel do século passado, o brutal aumento da produtividade acompanhado contraditoriamente de melhoria dos padrões de vida e de crescente concentração da renda, o desafio da globalização e o avanço da democracia são condicionantes estruturais que presidem as relações entre a sociedade e o Estado nesse início de século.
- (E) a aceleração do progresso técnico e o aumento da produtividade produziram uma melhoria dos padrões de vida, uma crescente desconcentração da renda e o incentivo ao pleno emprego, o que legitimou a manutenção dos modelos de relação entre Estado, Sociedade e Administração Pública desenvolvidos nas décadas de 80 e 90 do século passado.

69. Analise a figura abaixo, que ilustra um esquema de criptografia e cujo funcionamento é descrito a seguir.

- I. A empresa *InfoGold* criou uma chave pública e a enviou a vários sites.
- II. Quando um desses sites quiser enviar uma informação criptografada para *InfoGold*, deverá utilizar a chave pública desta.
- III. Quando *InfoGold* receber a informação, apenas será possível extraí-la com o uso da chave privada, que só *InfoGold* possui.
- IV. Caso *InfoGold* queira enviar uma informação criptografada ao site 3, por exemplo, deverá conhecer sua chave pública.



O esquema é conhecido como de chave:

- (A) secreta.
- (B) simétrica.
- (C) reversa.
- (D) transversa.
- (E) assimétrica.

70. Analise a citação abaixo, relacionada às fraudes na Internet.

“Como se não bastassem vírus e spam, agora, os internautas têm que ficar atentos para outro tipo de ameaça: as fraudes online. A prática é sempre a mesma: um e-mail chega à Caixa de Entrada do programa de correio eletrônico oferecendo promoções e vantagens, ou solicitando algum tipo de recadastramento. A isca para “pescar” os usuários são empresas conhecidas, como bancos, editoras de jornais e revistas, e lojas de comércio eletrônico.

Os golpes são bem elaborados, mas basta um pouco de atenção para verificar uma série de incorrências. Em geral, as mensagens são similares às originais enviadas pelas empresas, e muitas delas têm links para sites que também são cópias dos verdadeiros. Mas, nos dois casos, é possível ver imagens quebradas, textos fora de formatação e erros de português - algo difícil de ocorrer com empresas que investem tanto em marketing para atrair clientes.

Bom... e o que esses fraudadores querem, afinal? Em alguns casos, o propósito é fazer o internauta preencher um formulário no site falso, enviando informações pessoais. Outras mensagens pedem apenas que o usuário baixe um arquivo - por exemplo, um suposto questionário - que, na verdade, é um programa que envia os dados pessoais e financeiros por meio da Internet

De qualquer forma, é bom ficar de olho na sua Caixa de Entrada.”

A citação caracteriza o uso de um tipo de fraude na Internet conhecido por:

- (A) *Keylogger Malware.*
- (B) *Phishing Scam.*
- (C) *Hoax Spammer.*
- (D) *Denial of Service.*
- (E) *Trojan Horse.*

Observe as informações referentes ao exercício de 2007 do Estado Tão-Distante e, com base na Lei 4.320/64, responda às questões 71 a 74.

Rubricas	Orçamento	Execução
Receita de Transferência de Capital	100.000	100.000
Aquisição de material de expediente para estoque	50.000	40.000
Aluguéis Passivos	60.000	60.000
Amortização de Empréstimos Contraídos	90.000	90.000
Serviços de terceiros - pessoa jurídica sem incorporação de bens	40.000	30.000
Dividendos	70.000	70.000
Alienação de Bens	80.000	50.000
Pessoal Ativo e encargos	160.000	160.000
Aquisição de merenda para consumo imediato	90.000	80.000
ICMS	200.000	170.000
Aquisição de uma clínica médica para uso exclusivo no PSF	70.000	70.000
Cobrança da Dívida Ativa Tributária	80.000	20.000
Amortização de Empréstimos Concedidos	30.000	30.000

Obs.: os valores estão expressos em reais.

71. O valor das Despesas por mutação é:

- (A) 160.000.
- (B) 200.000.
- (C) 280.000.
- (D) 70.000.
- (E) 370.000.

72. O saldo inicial de Dívida Ativa era de R\$ 150.000, e durante o exercício de 2007 foram cancelados por prescrição R\$ 40.000.

As demais alterações na conta de Dívida Ativa constam da tabela em que todo valor previsto foi devidamente lançado.

O saldo final da Dívida Ativa tributária e não-tributária do exercício de 2007 é:

- (A) 130.000.
- (B) 90.000.
- (C) 110.000.
- (D) 180.000.
- (E) 120.000.

73. O valor das Receitas efetivas é:

- (A) 100.000.
- (B) 340.000.
- (C) 260.000.
- (D) 360.000.
- (E) 240.000.

74. Sabendo que 80% das despesas correntes executadas e que todas as despesas de capital executadas foram pagas, o valor a ser inscrito em Restos a Pagar é de:

- (A) 74.000.
- (B) 106.000.
- (C) 52.000.
- (D) 32.000.
- (E) 90.000.

75. A verificação do cumprimento de metas, resultados, eficácia e eficiência da gestão dos recursos públicos é um aspecto:

- (A) orçamentário.
- (B) patrimonial.
- (C) operacional.
- (D) financeiro.
- (E) contábil.

76. Assinale a alternativa que apresente corretamente exemplos de despesas extraordinárias.

- (A) redução da dívida ativa por variação cambial e aumento da dívida passiva por incorporação de valores
- (B) baixa de dívida ativa por prescrição e redução de dívida passiva
- (C) restos a pagar pagos e baixa de bens inservíveis
- (D) consignações de folha de pagamento recolhidas aos respectivos órgãos e restituição de depósito de terceiros
- (E) restos a pagar inscritos e débitos em tesouraria pagos

77. Assinale a alternativa que apresente característica estabelecida na Constituição Federal de 1988 para o órgão de Controle Interno.

- (A) Avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo.
- (B) O rigor técnico do acompanhamento da execução está restrito ao aspecto legal.
- (C) Julga as contas dos diversos agentes da administração pública, desde que sejam responsáveis por bens ou valores.
- (D) Aplica aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- (E) A forma de julgamento das contas durante a execução do exercício financeiro prevalece sobre a essência.

78. Segundo o Professor Lino Martins da Silva, a Controladoria tem numerosas atribuições.

Assinale a alternativa que **não** represente uma dessas atribuições.

- (A) submeter a prestação de contas que o Governo deve apresentar anualmente ao Poder Legislativo, por meio do Tribunal de Contas.
- (B) servir, por meio de documentos e relatórios, de instrumento de auxílio no processo decisório.
- (C) tratar a função de controle como fazendária por se tratar da necessidade da ênfase dada ao fluxo financeiro durante o acompanhamento e a execução do orçamento.
- (D) abandonar gradativamente a preocupação com o montante gasto para enfatizar os resultados alcançados pelos gestores nos aspectos da economicidade, eficiência e eficácia.
- (E) produzir avanços no uso dos sistemas tradicionais de controle orçamentário, financeiro e patrimonial, estabelecendo um elenco de indicadores financeiros, econômicos e sociais que permitam a melhoria do processo decisório.

Direitos Constitucional, Administrativo e civil

79. Não é consequência do contrato de compra e venda:

- (A) a obrigação de entregar a coisa com seus acessórios.
- (B) o direito aos cômodos antes de efetuada a tradição.
- (C) a obrigação de garantir os riscos da evicção.
- (D) a obrigação de cobrir os riscos pelo prazo de 30 dias.
- (E) a responsabilidade pelo alienante sobre vícios ocultos.

80. No contrato de transporte sobressai o princípio:

- (A) da boa-fé.
- (B) da transparência.
- (C) do equilíbrio pelo valor da tarifa.
- (D) da segurança.
- (E) da confiança.

81. Havendo conflito aparente entre princípios, a situação será resolvida pela dimensão:

- (A) de validade.
- (B) de valor.
- (C) de vigência.
- (D) de eficácia.
- (E) política.

82. Os princípios a seguir são jurídico-constitucionais, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) princípio da independência da magistratura
- (B) princípio da legalidade
- (C) princípio da autonomia individual
- (D) princípio do juiz natural
- (E) princípio da soberania

83. A técnica utilizada para a repartição de competências na Federação Brasileira é a que discrimina poderes:

- (A) enumerados para a União.
- (B) indicados para os Municípios.
- (C) especificados para as unidades menores.
- (D) remanescentes para a União.
- (E) implícitos para os Estados-Membros.

84. No caso de responsabilidade pelo fato da coisa, o responsável será:

- (A) seu dono.
- (B) seu usuário.
- (C) seu locador.
- (D) seu detentor.
- (E) seu possuidor.

85. Analise as afirmativas a seguir:

- I. As empresas públicas podem ser utilizadas para a prestação de serviços públicos.
- II. As sociedades de economia mista desenvolvem atividade econômica.
- III. A criação de subsidiária de fundação pública depende de lei.
- IV. As autarquias estão sujeitas ao regime jurídico de direito público.
- V. As empresas públicas só podem revestir a forma de sociedades anônimas.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas II, IV e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II, III e V estiverem corretas.

86. Em relação ao controle direto da constitucionalidade, na Carta de 88, é correto afirmar que:

- (A) é acidental e episódico, para poucos legitimados.
- (B) tem como vantagem a celeridade do modelo.
- (C) permite verificar incompatibilidade horizontal das leis.
- (D) objetiva a defesa do princípio da legalidade estrita.
- (E) gera a nulidade para os atos individuais consumados.

87. Assegurando uma barreira ao arbítrio, inclusive do legislador, está o princípio:

- (A) da legalidade.
- (B) do devido processo legal.
- (C) da proporcionalidade.
- (D) do juiz natural.
- (E) da representação partidária.

88. São elementos orgânicos da Constituição:

- (A) a estruturação do Estado e os direitos fundamentais.
- (B) a tributação e o orçamento e os direitos sociais.
- (C) a divisão dos poderes e o sistema de governo.
- (D) as forças armadas e a nacionalidade.
- (E) a segurança pública e a intervenção.

89. Quanto ao contrato de execução contínua, é correto afirmar que:

- (A) a nulidade do contrato de prestação contínua não afeta seus efeitos já produzidos.
- (B) a prescrição atinge por igual todas as parcelas do contrato.
- (C) não há liberação de uma das partes, se a outra não pode cumprir o contrato.
- (D) pode ser exigido o cumprimento das prestações de forma simultânea.
- (E) as prestações vencidas e não pagas produzem efeitos *ex tunc*.

90. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A reintegração de posse deve ser pedida toda vez que o poder de fato sobre a coisa for turbado.
- II. O interdito proibitório representa uma ordem para fazer cessar a ameaça sobre a posse.
- III. A autotutela da posse é possível de forma moderada e com os meios necessários.
- IV. A ação de manutenção de posse velha não permite a concessão de liminar.
- V. A tutela da posse no direito brasileiro requer a existência do elemento subjetivo.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II, IV e V estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I, II e V estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.

91. O Banco Delta, para amortizar o débito de determinada empresa sua cliente, utilizou o saldo positivo que esta detinha em conta, para pagamento de fornecedores.

Essa conduta configura:

- (A) exercício regular de um direito.
- (B) abuso de direito.
- (C) ato lícito e possível.
- (D) estrito cumprimento de dever legal.
- (E) uso arbitrário das próprias razões.

92. Paulo emite proposta de venda de seu carro a José. Pouco depois Paulo vem a falecer. Essa proposta:

- (A) é anulável e ineficaz.
- (B) é válida e eficaz.
- (C) perdeu validade com a morte do proponente.
- (D) perdeu eficácia com a morte do proponente.
- (E) torna-se inexistente, ante a morte do proponente.

93. Proposta ação de improbidade administrativa pelo Ministério Público, a pessoa jurídica de direito público cujo ato seja objeto de impugnação poderá atuar ao lado daquele, na qualidade de:

- (A) assistente simples.
- (B) co-responsável.
- (C) litisconsorte.
- (D) interveniente.
- (E) assistente qualificado.

94. É dispensável a licitação na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo:

- (A) Presidente da República.
- (B) Ministro da Defesa.
- (C) Ministro do Planejamento.
- (D) Ministro da Fazenda.
- (E) Comandante da Força.

95. O princípio da realidade, no âmbito da Administração Pública, vem sendo implantado como forma de impedir o:

- (A) apossamento.
- (B) cerceamento.
- (C) locupletamento.
- (D) aforamento.
- (E) emprazamento.

96. A portaria inaugural do processo administrativo disciplinar, envolvendo infração administrativa de servidor público, deve conter a respectiva descrição:

- (A) minuciosa.
- (B) delimitada.
- (C) ampla.
- (D) esquematizada.
- (E) superficial.

97. O atributo do ato administrativo designado por auto-executoriedade deriva do princípio da legalidade:

- (A) subjetiva.
- (B) relativa.
- (C) absoluta.
- (D) objetiva.
- (E) estrita.

98. A nomeação de servidor público, após o prazo de validade do concurso público, em relação ao ato, implicará:

- (A) ineficácia.
- (B) anulabilidade.
- (C) nulidade absoluta.
- (D) nulidade relativa.
- (E) nulidade de pleno direito.

99. Constitui ato de improbidade administrativa, independentemente de prejuízo, passível de ser sancionado:

- (A) frustrar a licitude de processo licitatório.
- (B) revelar teor de medida política capaz de afetar o preço de mercadoria.
- (C) permitir a aquisição de bens por preço superior ao de mercado.
- (D) dispensar processo licitatório indevidamente.
- (E) agir negligentemente na arrecadação de tributo.

100. Não se computa para efeitos dos limites remuneratórios dos servidores públicos a seguinte parcela:

- (A) ajuda de custo.
- (B) adicional de insalubridade.
- (C) adicional por tempo de serviço.
- (D) adicional de periculosidade.
- (E) gratificação.

Realização



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

<http://concurso.fgv.br>